

REVISTA

ESTUDOS NACIONAIS

ONLINE

**“FINGINDO
FAZER
JORNALISMO”**



REVISTA
ESTUDOS
NACIONAIS

EXPEDIENTE

Editor
Cristian Derosa

Editor executivo
Marlon Derosa

Colaboradore desta edição:
Fábio Gonçalves

ESTUDOS**NACIONAIS**.COM

NESTA EDIÇÃO

EDITORIAL:

Um governo censurado pela mídia

LIVROS:

Fake news e a transformação social

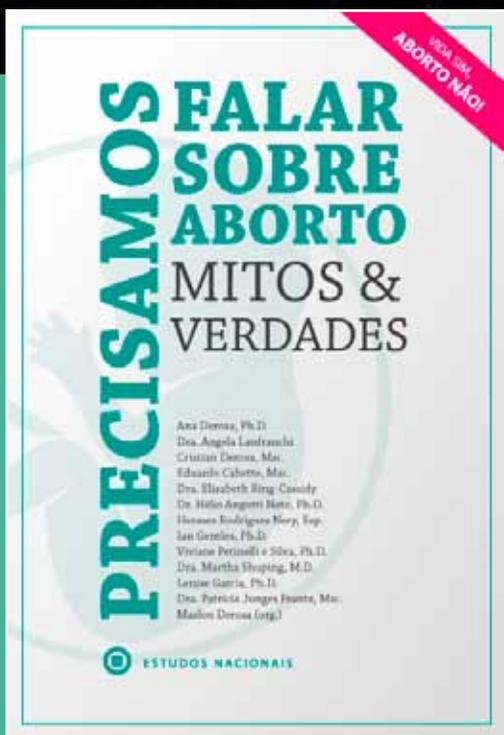
EXCLUSIVO:

A mídia contra o povo

O primeiro mês de governo e seus inimigos?

Onde está o mito?

ABORTO E CÂNCER DE MAMA: UM TEMA PROIBIDO



A RELAÇÃO ENTRE
ABORTO E CÂNCER DE
MAMA É UM DOS MUITOS
TEMAS TRATADOS NO
LIVRO:

**PRECISAMOS
FALAR SOBRE
ABORTO: MITOS
& VERDADES**

MARLON DEROSA (ORG)



Editora Estudos Nacionais

ESTUDOSNACIONAIS.COM

Um governo censurado pela mídia

O primeiro mês do governo Bolsonaro foi marcado por uma certa ausência do presidente, fruto de viagens e da cirurgia que marcou a última semana. Além disso, antes da cirurgia, entende-se que o presidente estivesse ainda de certa forma debilitado. Não há como fugir, no entanto, que o primeiro mês da sua administração tenha tido problemas graves de comunicação, principalmente diante da grande mídia. Apesar das diversas promessas de campanha cumpridas já no primeiro mês, o que por si só já marca certo ineditismo, o governo esteve debilitado na comunicação.

A verdade é que Bolsonaro fez fama quebrando a espinha dorsal da estrutura midiática, o que é bem mais difícil e trabalhoso de se fazer na condição de governo, uma vez que há certo compromisso de respeito às instituições tradicionais da comunicação oficial e seu funcionamento. É preciso que entenda, porém, que esse compromisso de manutenção da estrutura comunicativa é contrário ao compromisso maior assumido com os eleitores de Bolsonaro, cuja imagem foi construída a partir dele próprio, do homem sincero e aberto que sempre foi e que, graças a isso, venceu dobrando o *establishment* e deslocando os discursos batidos que produzem a submissão do indivíduo e a sua liberdade, tão cara aos seus eleitores.

Mais do que isso, considerando que a grande mídia assumiu, desde o início das eleições, um compromisso de demolição do governo por meio do enfraquecimento da sua popularidade, essa estrutura comunicacional precisa ser revista.

Um fato precisa ser urgentemente compreendido pelos assessores do presidente: a estrutura de comunicação oficial do governo brasileiro é e sempre será o ambiente que os jornalistas da grande mídia conhecem melhor. Sabem os caminhos, as falhas e o modo de funcionamento. E isso os distingue profundamente da maioria dos novos membros do governo, que estão tendo contato com essa complexa estrutura pela primeira vez. Jornalistas sabem utilizar essa estrutura a seu favor, ou seja, contra o próprio governo.

É preciso insistir neste ponto: se o governo mantiver essa estrutura, esse modo de se comunicar com o Brasil que o elegeu, vai perder. E não vai perder pouco. Não será uma simples derrota, mas a derrota total, a derrubada do governo por meio do “carteiraço” da grande mídia, que se julga o espelho da sociedade.

Esta situação é o resultado de um poder político alcançado de sopetão, sem a necessária estrutura construída lentamente que, como fez a esquerda, fornece a base social e cultural para um governo democraticamente instituído. Bolsonaro arrancou da sociedade um grito de “chega”, uma indignação mais do que legítima, mas que necessita, para manter um governo, da constância de um instrumento de base mais horizontal, um alicerce cultural para a defesa dos seus valores.

Sem esse processo prévio, resta-nos a quebra violenta das estruturas do discurso, o que só pode ser feito por quem já o fez, isto é, o próprio Bolsonaro, o mito, como acostumamos a chamá-lo. Não o Bolsonaro oficial, presidente, mas o mito popular que emergiu da sinceridade e do desapego. Lula percebeu isso tarde demais, quando já estava sendo preso, quando a esquerda decidiu reconectar-se com aquela base que a elegeu. Lula perdeu a base popular construída pela propaganda ideológica. Bolsonaro tem uma base popular construída com base na sua pró-

pria forma de se comunicar, não se rendendo ao politicamente correto. Lula precisou enganar a população, Bolsonaro apenas mostrou-se conectado a ela. Uma situação bem mais favorável pode, porém, ser perdida por medo da pressão da artificialidade midiática. O medo da mídia pode atrair a sua maior agressividade. Este tipo de erro não costuma ser perdoado na política, e talvez nem pela história, principalmente em um ambiente de hegemonia revolucionária.

Restaria ao governo assumir a própria voz, na voz do Capitão, ignorando as traições voluntárias e involuntárias do oficialismo e da lisonja midiática, como no caso das trapalhadas de Mourão. Estamos pagando o preço de não termos construído, a tempo, canais de mídia com poder de pressão governamental. Mourão se diz a favor do aborto porque conta com o aplauso da mídia que consome, e com o silêncio de um povo que, embora tenha eleito Bolsonaro, não tem voz para constrangê-lo como uma Globo News.

Uma estrutura aparentemente invencível

A estrutura política que quer derrubar o governo está indo contra uma imensa parcela da população, mas que só é superior numericamente. Essa parcela populacional não tem e nem terá a mínima condição para elevar sua voz apenas pelas redes sociais. O seu inimigo se adapta a cada dia e compreende a cada curtida e compartilhamento, a forma de agir e pensar da sociedade, criando instrumentos para a comandá-la ou, no mínimo, falsificá-la e utilizá-la contra a própria sociedade ou o governo.

Mas como ela consegue fazer tudo isso? Façamos uma equiparação de forças para sabermos se é possível de fato uma resistência:

1. Milhares de ONGs, movimentos sociais e entidades financiadas internacionalmente, recebendo mensalmente dinheiro para que ativistas trabalhem exclusivamente no levante de informações e pesquisas sobre a sociedade para direcionar suas ideias. Um levantamento parcial mostra que fundações

internacionais investiram, de 2013 a 2018, mais de 107 milhões de dólares em movimentos de esquerda e projetos em universidades no Brasil.

2. Empresas de comunicação submetidas financeiramente aos mesmos financiadores, além do próprio governo, e com uma estrutura de pautas recebida dessas entidades financiadas internacionalmente. O terceiro setor abastece a grande mídia pressionando-a para aderir às suas agendas externas. Jornalistas também trabalham exclusivamente nesta tarefa, ganhando bons salários e gozando de todas as condições para buscar informações, distorcer fatos, e o mais importante: acesso garantido ao governo e seus funcionários.

3. Como resultado, forma-se um outro fator: o aparelhamento das universidades que despejam, todos os anos, centenas de analfabetos funcionais ideologicamente engajados com todas as ideias fornecidas pela estrutura revolucionária. Esses militantes preenchem as escolas, ONGs e redações de jornais, que atuariam até voluntariamente se não fosse tão fácil receberem dinheiro para a dedicação exclusiva.

Do outro lado, temos o povo, a sociedade que se manifesta via redes sociais. Milhares de voluntários que tentam conciliar a militância e defesa do governo com seus empregos e famílias, fazendo pesquisas e estudos com tempo escasso, tecnologia precária e uma ideia na cabeça. Além disso, os sites conservadores não se comunicam entre si. A única parcela da direita que tem dinheiro é a dos liberais, que aplicam seu dinheiro na defesa do capitalismo, isto é, do seu próprio enriquecimento deixando todo o mundo cultural nas mãos da grande mídia que recebe altas somas para fazer disso o que milionários progressistas querem que seja feito. O Brasil está na mão de instituições internacionais, contra os quais nem mesmo os endinheirados do país desejam impor limites.

Cristian Derosa

Editor

LIVROS

Fake news e a transformação social

Segunda edição de A transformação social, livro inaugural da editora Estudos Nacionais, e um inédito sobre fake news são os dois primeiros lançamentos de 2019

FAKE NEWS: FINGINDO FAZER JORNALISMO (Cristian Derosa)

O artigo *The Science of Fake News*, publicado na revista *Science*, em maio de 2018, tenta dar conta do fenômeno que considera uma preocupação e um problema global. Segundo o artigo, de autoria de David Lazer e outros, as notícias falsificadas sempre existiram, mas nos últimos anos as fake news ganharam sua “versão politicamente orientada”. O que os autores querem dizer é que grande parte do conteúdo do que eles chamam de fake news é simplesmente conteúdo conservador ou de direita. Ao que parece, a hegemonia da esquerda em todo o aparato midiático não tolera vozes discordantes e tão logo surjam são imediatamente catalogadas como um problema global a ser resolvido.

Em maio de 2018, pouco antes do início das campanhas para a eleição presidencial, Jair Bolsonaro já aparecia como líder nas pesquisas, impulsionado por multidões organizadas nas redes sociais. À época, o editor-chefe da revista

Piauí, Fernando de Barros e Silva, declarou em um podcast, que a postura editorial do jornal *Folha de S. Paulo* seria de “tentar pegar Bolsonaro de qualquer jeito, na linha: ‘como posso prejudicar Bolsonaro fingindo fazer jornalismo’”. São palavras dele. O subtítulo deste livro é, portanto, uma homenagem àqueles jornalistas que se perderam pelo caminho, desiludidos com a verdade, com o jornalismo e com a democracia. Este livro é sobre as fake news quando praticadas pela grande mídia.



A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: COMO A MÍDIA DE MASSA SE TORNOU UMA MÁQUINA DE PROPAGANDA (Cristian Derosa)

As teorias da comunicação, quando vistas sob o ângulo da transformação social intencional e manipuladora dos engenheiros sociais, causa profundo desconforto aos propagandistas da teoria democrática, que preferem acreditar na utopia do cidadão esclarecido e perfeitamente consciente das forças que atuam sobre ele. Este é um dos motivos pelos quais esse enfoque tem estado de fora de debates acadêmicos e midiáticos, orientados pela função da transformação social acima de qualquer ideal informativo.

Como este livro busca demonstrar, os estudos da comunicação dificilmente têm como objeto de estudo a verdade, e sim uma prática de construção da realidade. Por isso, quando ela aparece no jornalismo, não se trata de uma função pretendida ou essencial, mas disfuncional, que pode pôr em risco a própria atividade. A prática profissional se tornou um método de narrar fatos abstraindo-os do seu contexto por meio de simulacros, cuja premissa raiz é a conscientização para a mudança social.

Durante o século XX, a chamada “nova ciência do comportamento humano” colocou disponível um enorme conhecimento da mente humana para as esferas do poder político, tornando-o capaz de criar instrumentos eficientes que jogassem com as emoções das massas para que as pessoas exigissem das esferas políticas uma maior regulação sobre elas mesmas.



Para compreender o funcionamento dessas técnicas e o estado da sua aplicação nos dias atuais, é necessário conhecer o modo como evoluíram no tempo e saber, assim, o alcance a que podem chegar. Os objetivos da regulação, hoje comandados pela elite global que acampa nas Nações Unidas, entre outros organismos, se destinam

ao controle do comportamento por meio das paixões e rejeições populares. Para chegar a efetivarem-se, estes objetivos demandaram décadas de estudo, experimentos, testes e muita paciência. Em alguns casos, foi preciso modificar a natureza de certos campos de estudo científico ou atividades profissionais, como a psicologia, a educação e, foco deste trabalho, o próprio papel dos meios de comunicação de massa.

EXCLUSIVO

A mídia contra o povo

*Análise das causas da guerra
entre o establishment e o governo
Bolsonaro*

Fábio Gonçalves

“Ao analisar um curso de eventos, Políbio insiste que se deve distinguir sua causa, seu pretexto e seu princípio”.

Eric Voegelin

Introdução

Os acontecimentos no Brasil, de 2013 para cá, e, sobretudo, a eleição que levou Bolsonaro ao Planalto, fizeram com que a guerra cultural que já se travava há décadas, de maneira tácita e unilateral – pois só a esquerda atirava –, subisse às margens do debate público de modo que, agora, ambos os lados se atacam mutua e abertamente com a fúria de quem não quer mais conversar, mas, antes, subtrair o adversário do campo de disputa política.

Todo esse cenário litigioso não é acidental. E também não pode ser explicado como parte da dinâmica natural de uma sociedade democrática. Há, parece, uma causa mais profunda e é isso que tentaremos investigar no artigo seguindo as recomendações do historiador grego Políbio.

Sociedade e Linguagem

*A comunicação entre seres humanos
é o modus procedendi através do qual uma
sociedade existe.¹*

A sociedade propriamente humana começa com a linguagem. Esta afirmação se justifica na medida em que a sociedade nada mais é que uma teia de vínculos interpessoais – de hierarquia, confiança e afetividade – que, no nível humano, só se podem efetivar por meio da linguagem articulada. Um traço distintivo essencial dos seres humanos em relação aos outros animais é justamente sua capacidade de forjar uma linguagem que nomeia as coisas e possibilita sua referência em um diálogo humano posterior ainda que a coisa nomeada não esteja mais presente. E é exatamente a capacidade de abrir essa temporalidade, de se referir ao passado, através da memória, e ao futuro, por meio que imaginação, que permite ao processo comunicativo enlaçar os membros desse diálogo em um todo comum, em uma comunidade existencial.

Essa explicação quem nos dá é o filósofo alemão Eugen Rosenstock-Huessy. Em sua obra *A Origem da Linguagem*² ele nos diz ainda que o início desse processo social engrenado pela linguagem ocorre através

.....
1 VOEGELIN, Eric. *Necessary Moral Bases for Communication in a Democracy*. In: *The Collected Works*, vol. 11, 1953-1965. Louisiana: Louisiana State University Press, 1995. pp. 47. Tradução nossa.

2 ROSENSTOCK-HUSEY, Eugen. *A Origem da Linguagem*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

da forma verbal mais básica encontrada numa pluralidade imensa de línguas antigas por ele pesquisadas: o imperativo. A sociedade humana, por conseguinte, começaria com uma ordem.

A forma imperativa do verbo preserva a camada mais antiga da linguagem humana. Podemos chamá-la o vocativo do verbo, porque invoca a situação original da linguagem formal: forma-se uma taça de tempo, fundem-se temporariamente numa só vontade dois corpos humanos, inicia-se uma divisão de trabalho e espera-se que se altere uma parte do mundo externo. Duas pessoas começam a mover-se no sentido dessa alteração. E a simples palavra “Fogo!” dá início a todos esses processos, porque define: 1. um ser humano a quem se pede que obedeça, 2. um ato mundano que é pedido, 3. um espaço de tempo que é reservado para a obediência e para o ato³.

O imperativo é o propulsor do processo social, da ação de homens que se unem no espaço e no tempo com o fim comum de executar a ordem dada e, depois, preservar suas realizações.

Poder e Obediência

Mas aqui levanta-se uma questão preliminar: uma ordem exige a existência de dois polos: o que manda e o que cumpre. Entramos aqui nos mistérios da relação entre Poder e Obediência, binômio cuja origem é nebulosa, mas sem o qual nenhuma sociedade pode existir. Por conseguinte, a questão que se impõe é: por que o emissor do imperativo move os outros à ação e destrava o processo social-histórico?

O Poder é um fato⁴. Somos constrangidos por ele ainda que numa sociedade como a nossa não o enxerguemos e mesmo que estejamos relativamente longe de seus braços que poderiam nos coagir pelo medo. O Poder social tem uma certa onipotência que tolda a ação individual,

.....
3 Op. Cit. pp. 128

4 Para essa análise sobre o Poder e a Obediência ver: JOUVENEL, Bertrand. *O Poder: História natural de seu crescimento*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2010; e BERGSON, Henri. *As Duas Fontes da Moral e da Religião*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

inclusive fora dos limites geográficos da sociedade de origem como no caso de Robinson Crusóe do romance de Defoe ou do náufrago Chuck Noland interpretado por Tom Hanks no cinema.

E para nós, homens comuns, esse *Poder* é muito mais que uma norma jurídica. É como que uma energia natural, ou, como prefere Bergson, um hábito. É um conjunto de obrigações que pesam sobre a vontade individual e limitam nossas possibilidades de ações autônomas. É algo que nos impele a agir e nos constrange a não agir, mesmo que não saibamos todos os salamaleques dos Códigos e da Constituição de um Estado de Direito moderno.

Há uma certa passividade, uma aceitação tácita das regras do jogo, um deixar-se seguir inexplicável, quase nunca perturbado, quase nunca percebido como tensão, e, quando assim se revela-nos, é logo amoldado por uma racionalização desse dever de obediência – donde deriva a norma positiva –, que deixa de ser plenamente passivo para ser concedido inteligentemente, porém, sem jamais deixar de existir com a mesma voracidade preponderante dentro de nós. Mas por quê?

As Origens Mágicas do Poder

A resposta que tenho encontrado é que o Poder, em última análise, deriva de uma magia que um homem exerce sobre o outro⁵, como a magia ou o fascínio⁶ que o pai exerce sobre o filho. Numa tribo qualquer, um certo número de pessoas se dizem capazes de se comunicar com os deuses. Essas pessoas, geralmente os mais velhos, os gerontes, conhecem melhor as forças naturais e as explica aos seus companheiros com o fim de lhes aliviar o medo e de lhes orientar para a sobrevivência individual e grupal.

5 JUVENEL, Bertrand. *O Poder: História natural de seu crescimento*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2010. pp. 106-110. Vale aqui citar os trabalhos do cientista das religiões romeno Mircea Eliade: *ELIADE, Mircea. História das Crenças e das Ideias Religiosas: da Idade da pedra aos Mistérios de Elêusis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010; *ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. *BERGSON, Henri. As Duas Fontes da Moral e da Religião*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 13

6 O filósofo Olavo de Carvalho usa esse termo em uma aula do Curso Teoria de Estado que se pode assistir no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=RsMKI4LI5uo&t=6286s>

Ademais, esse velho sábio prediz o futuro e narra o passado desde os primórdios dos tempos, desde o momento mesmo em que os membros primeiros daquele grupo chegaram ao mundo. Estes são os homens que podem dar as ordens e, pela admiração que suscitam, serão obedecidos, mesmo sem o uso da força física.

A sociedade judaica inicia-se com o imperativo de Moisés, homem capaz de feitos dessa monta. A grega inicia-se com quem primeiro narrou a cosmogonia de Urano, Cronos, Zeus, os heróis e os homens. A latina, com seu patriarca longínquo sendo Enéas, segundo Virgílio, derivaria, lá nas suas profundezas, do mesmo homem que narrou aos gregos e que, sendo acertada a tese indo-europeia, de que além de gregos e romanos, os hindus, os eslavos, os germânicos e os caucasianos sejam todos membros de uma mesma família que, como os semitas, num passado inescrutável se dispersou, esse primeiro narrador é o pai remoto de meio mundo eurasiático.

O Poder, então, tem origem num ato místico-religioso. O primeiro poderoso é sempre um profeta, alguém que fala com Deus e que vira a voz de Deus no mundo. É um interlocutor entre os mundos. É aquela alma aberta de que fala Bergson e que se torna, por isso, o elo vivo que liga os homens à fonte metafísica desde onde o mundo mesmo emanou.

Portanto, a fonte primeira do Poder é divina.

O Obediente e o Poder

A origem do Poder tem sido assim descrita e por isso a Obediência é esse fato consumado. O obediente encontra no imperativo do profeta, aquele que desvenda os traços mais intrincados da realidade e prova seu conhecimento com atos de tipos milagrosos – controla a meteorologia, a flora e a fauna, cura doenças, invoca o fogo etc. – encontra nele o norteamento para a vida e a confiança para a ação no mundo.

Claro que depois, conforme a sociedade se desenvolve em decorrência daquele imperativo primeiro do profeta que pôs o drama humano em

ação, como um diretor de teatro, pode ser que o Poder vá se transferindo ora para uma elite guerreira, ora para os mais ricos, ora para os mais carismáticos e daí a sociedade se esqueça que a fonte da obediência não está naqueles personagens do presente histórico, mas no imperativo do sábio que narrou o mito de origem e que fundamentou os ritos da religião local.

Frequentemente, inclusive, é necessário que o Poder derivado de um rei que surja muitos séculos depois da narrativa mítica-fundadora, recontar a história inicial e se inclua nela, de algum modo – talvez cavando um parentesco inexistente com os homens primeiros – para que sua legitimidade, ou seja, manutenção do poder de mandar e ser obedecido, não se esvaia.

Sociedade, Cosmovisão e Bem Comum

A civilização cristã ocidental, como todas as outras, é fruto desse processo. Há uma sequência de imperativos desde Abraão, Moisés e Cristo que formou a já aludida sociedade judaica e, na sequência, a europeia pós-romana. E dá para se traçar essa continuidade porque, classicamente, se acrescenta à definição de sociedade até aqui apresentada que ela seja, também, uma organização humana articulada em vista de um fim que nas filosofias gregas e cristãs se identifica com o Bem Comum. À todas as comunidades formativas da Europa, aparte suas diferenças acidentais, pode-se perceber o Bem Comum da sociedade como a garantia do máximo de paz e a justiça na Terra para se alcançar a bem-aventurança do além-mundo que se seguirá ao Dia do Juízo. Essa é a narrativa de fundo que, tradicionalmente, de maneira unânime, animou a vida social da cristandade medieval e, relativamente, a da Europa moderna.

A visão do Bem Comum deriva do mandamento do profeta, aquele que fala com Deus. Era isso que os gregos chamavam de homonoia que pode se explicar como a percepção de que participamos de uma irmandade comunitária, como que velejando num mesmo barco rumo a um

mesmo fim a que todos igualmente almejam. É o que também se vê no Logos cristão de São Paulo que concebe a sociedade cristã como o Corpo de Cristo⁷. Todos os esforços para a consecução de bens intermediários, como a melhora econômica, a vitória numa guerra, a solução de um impasse político, o desenvolvimento tecnológico etc., são articulados, portanto, em vista daquele fim último, o *Summum Bonnum*.

O Imperativo Brasileiro

Se agora nos engajarmos em discernir qual é o imperativo que dá a dinâmica social no Brasil contemporâneo, nos deparemos com a questão: há algum imperativo? E diria: sim, e o problema não é falta, mas a abundância de imperativos.

Vivemos em uma democracia e o ideal desse regime é que o povo possa participar ativamente dos negócios públicos – possa ter uma representação ativa perante o Poder estabelecido⁸. No entanto, a necessidade de fundo para que isso funcione é que haja, em alguma medida, a mencionada homonoia, um senso comunitário definido em torno daquela imagem de Bem Comum que, por sua vez, é indissociável da cosmovisão – visão da ordem do mundo – que os sábios e os profetas fornecem-nos.

Acontece que o Brasil, na esteira do que ocorre no resto do mundo ocidental, perdeu seu fio condutor tradicional. O imperativo primeiro, o de Moisés ampliado por Cristo, foi perdendo seu encanto para parte significativa dos homens de gênio, e, por isso, ao longo dos últimos sete ou oito séculos, vem se dissolvendo sua capacidade de angariar obediência.

A modernidade é constituída de uma série de esforços para substituir aquele antigo imperativo religioso e uma série de eventos para

7 Romanos 12:4-5. “Assim como cada um de nós tem um corpo com muitos membros e esses membros não exercem todos a mesma função, assim também em Cristo nós, que somos muitos, formamos um corpo, e cada membro está ligado a todos os outros”.

8 Para um estudo sobre a representação ver: GALVÃO DE SOUSA, José Pedro. *Da Representação Política*. Edições Saraiva: São Paulo, 1971.

digmáticos – a formação dos Estados Nacionais modernos, as Reformas Protestantes, o Iluminismo, as revoluções científicas e industriais – permitiram que os séculos XVIII e XIX produzissem novos profetas seculares dispostos a refundarem a ordem social em torno de seus novos imperativos pretensamente destituídos da magia antiga, mas fundamentados na húbri racionalista. Voltaire, Rousseau, Condorcet, Comte e seus seguidores fundaram a cosmovisão do progresso e os imperativos eram: “progridam”, “criem”, “esqueçam o passado”, “olhem só para frente”. Marx criou a cosmovisão da dialética revolucionária. Seus imperativos eram: “lutem”, “rebelem-se”, “transformem”, “matem”⁹.

Esses dois imperativos-modelos dos nossos tempos, como ficou assinalado, resultam de uma série de eventos anteriores, que remontam ao século XIII, e hoje transmutaram-se numa pluralidade de variantes que buscam realizar a ordem neles subentendidas por meios diferentes.

O ideal liberal-burguês de democracia representativa, liberdade econômica e desenvolvimento industrial-tecnológico como o fim último da sociedade¹⁰ que se quer evoluída e pretende seguir no encaço do progresso são derivações dos imperativos progressistas. O ideal do socialista de igualitarismo radical e justiça social que se faz notar nas motivações de uma infinidade de movimentos da sociedade civil – feminismo, movimento identitário sexual, movimentos racialistas, sindicalistas, estudantes etc. – é o desenrolar da obediência ao imperativo revolucionário. Na Segunda Guerra mundial e na Guerra Fria as partes litigantes estavam, no fundo, cumprindo ordens decorrentes dos diferentes imperativos que reconfiguraram o mundo ocidental contemporâneo¹¹. Os progressistas e revolucionários, ou, os liberais e os socialistas, cada um dentro de sua própria esfera de autoreferências é que engendraram a dinâmica histórica do último século e meio.

.....
9 Há uma grande bibliografia de estudos que identificam um conteúdo de tipo religioso nessas ideologias modernas. Uma boa introdução é: DAWSON, Christopher. *Progresso e Religião*. São Paulo: É Realizações, 2012.

10 Como na tese do de Francis Fukuyama em sua obra *O Fim da História*.

11 VOEGELIN, Eric. *A Nova Ciência da Política*. Brasília: Editora UnB, 1982. Capítulo VI: *O Fim da Modernidade*.

As Visões de Mundo do brasileiro

E esse é o tom do Brasil se avaliado nesse mesmo recorte histórico. A monarquia católica – por mais problemas que o monarca tivesse com a Igreja – representava ainda uma tradição ocidental obediente ao imperativo judeu-cristão. A República dos milicos positivistas, quer dizer, comtianos, portanto, progressistas, abriu o cenário para a disputa nos mesmos termos da que se assistia no quadro Europeu maior: ali pelos anos de 1920 e 1930 os revolucionários entraram em cena.

Desde então, pendemos ora para lá ora para cá e, há algumas gerações, somos educados dentro de uma ou outra dessas duas cosmovisões. Somos todos – ou fomos em algum momento – progressistas-revolucionários.

A novidade é que, nos últimos tempos, alguns filósofos e sacerdotes como o já falecido Mário Ferreira dos Santos, Olavo de Carvalho, Luiz Gonzaga de Carvalho Neto e o Padre Paulo Ricardo de Azevedo – dentre outros – têm cuidado de reatualizar o imperativo tradicional e tem conquistado uma relevante plateia de ouvintes entusiasmados para obedecer aos mandamentos pretéritos contido nas Tábuas da Lei e no Sermão da Montanha.

Mistura-se, então, às cosmovisões progressistas e revolucionárias uma que podemos chamar tradicionalista¹². Mas, em suma, é mesmo uma mistura. Há católicos-revolucionários; há progressistas-protestantes; há liberais-revolucionários; há socialistas-conservadores. É, antes de tudo, um quadro caótico.

.....
12 Não confundir aqui com o tradicionalismo no sentido da escola filosófica surgida nos séculos XIX-XX. O sentido aqui é restrito à presente análise e, provavelmente, o termo não seja o mais adequado. O problema é achar um outro que abarque, se é que é de fato possível fazê-lo, católicos e protestantes que se autoidentificam como tradicionais, perenialistas, conservadores da corrente anglo-saxã de Burke à Scruton, classicistas, nacionalistas, integralistas e toda uma sorte de identificações grupais menores que, nos últimos anos, no Brasil, se reuniu em torno de pautas comuns contra os progressistas e revolucionários e que, por isso mesmo, formam o substrato mais ativo do que se tem convencido chamar de Nova Direita. Uso aqui tradicionalista por que, em alguma medida, todos esses grupos têm algum apreço ao que se pode ligar, ainda que de maneira tênue, com o imperativo tradicional da civilização ocidental, ou seja, o judaico-cristão.

Nesse mesmo quadro há uma massa de indiferentes, para quem nenhum dos imperativos faz total sentido. O cidadão comum é em alguma medida surdo às consequências existenciais da cosmovisão progressista e revolucionária, apesar de lhes ser seguidor em certos aspectos da vida prática. Ele quer subir na vida material conforme o convite progressista e quer reivindicar direitos sociais segundo a reza comunista. Mas não é uma coisa nem outra, não acreditariam se lhes contassem, nas escatologias mundanas desses dois grupos segundo as quais haverá um momento na história, na consumação dos tempos, em que o Céu literalmente descerá à Terra.

No mais das vezes esse cidadão comum brasileiro é cristão e, no fundo da sua consciência, está lá o chamado à salvação da alma. Não obstante, é, no mais das vezes, um cristão pouco convencido. Mal sabe o Credo, não conhece a história evangélica, não sabe discernir o sentido das palavras do Pai Nosso, não costuma exercitar o conjunto de práticas básicas que conformam a vida religiosa. Em suma, segue um imperativo que lhe chegou como uma mensagem quase inaudível, como um eco no final da propagação. Tanto que duas das teologias cristãs que mais fazem sucesso dentre os dessa massa é a teologia da libertação, mistura do imperativo cristão com o revolucionário, e a teologia da prosperidade, mistura do imperativo cristão com o progressista.

Há, portanto, um fosso profundo separando aquele ideal de sociedade do barco comum e a sociedade brasileira. Temos uma pluralidade de barcos e uma pluralidade de destinos. Progressistas e revolucionários, formam a nossa elite intelectual; cristãos-progressistas-revolucionários, o grosso da população; os tradicionalistas, uma minoria sem articulação política. Cada um querendo levar os seus para um cais diferente. Seria isso uma sociedade?

Educação e Cosmovisão

Faz-se necessário aqui alguma palavra sobre a educação. Como diz Eric Voegelin, numa democracia é comum e até necessário encontrarmos alguns tipos de linguagem na cena pública¹³. Há a linguagem da propaganda política, a linguagem do entretenimento e do business, mas há que haver uma linguagem formativa, que é a linguagem da educação, a linguagem que a geração atual herda da mais antiga e que tem por fim formar um certo tipo de ser humano conforme a imagem aceita do que é o ser humano nessa sociedade. Essa imagem quem fornece é o profeta no seu mito, filosofia ou revelação criadora da cosmovisão daquele povo. Se o homem é entendido como a imagem e semelhança de Deus e seu fim é ir para o céu junto ao Pai, educa-se para isso. Se o homem é o motor do progresso da ciência e seu fim é deixar às gerações futuras máquinas que lhe facilitem a vida, educa-se para isso. Se, por fim, o homem é o braço da revolução e seu fim é trazer a paz perpétua ao mundo, educa-se para isso. *And so on.*

Nossa Guerra

O mesmo Rosenstock-Huessy na obra citada fala-nos de algumas doenças da linguagem¹⁴ e as respectivas mazelas que promovem no corpo social.

A guerra, diz o filósofo, é a incapacidade de ouvir o outro. Daí que devemos admitir: estamos em guerra. Na definição de Rosenstock deveria dizer crise ao invés de guerra, já que crise diz respeito a problemas internos na comunicação social. Sim, há crise também. No entanto, se estiver correta a análise até aqui, a questão que se nos impõe é justamente que temos no Brasil atual não uma, mas várias sociedades virtuais incomunicáveis habitando o mesmo território – quando não a mesma casa e mesmo a mesma alma.

.....
13 VOEGELIN, Eric. *Necessary Moral Bases for Communication in a Democracy*. In: *The Collected Works*, vol. 11, 1953-1965. Louisiana: Louisiana State University Press, 1995.

14 Op. Cit. pp. 53-67.

Mídia contra o Povo

Nesse nosso ringue societário, pode-se discernir dois polos que se resumem atualmente em: estamento burocrático e povo. O primeiro grupo é formado pela alta intelectualidade revolucionária-progressista – aqui incluindo acadêmicos, escritores, jornalistas e os artistas propagandistas –, por boa parte da classe política e por muita gente da classe empresarial. É a elite, não necessariamente no sentido econômico, mas no sentido de que é detentora atual dos canais de comando e influência da sociedade. Do outro lado temos o povo que encontrou no Bolsonaro o concatenador de seus anseios mais básicos como segurança e emprego e, também, alguma coisa mais sofisticada como a defesa de valores da família e da fé cristã – ainda que na forma estereotipada e parcial que já assinamos.

No cômputo geral, a imagem que, com razão, se colou nos donos Poder, de modo que pudessem ser identificados como inimigo comum por um povo de visão de mundo tão díspar, foi a de que foram eles os responsáveis pelo estado anárquico que se abateu sobre o país que resultou na corrupção, morticínio e pobreza dos últimos anos. Desde então, esse grupo vem sendo o alvo de uma justa revolta popular. E quem tem mais apanhado é seu símbolo externo mais visível: a mídia.

A grande mídia é, de fato, o alto-falante de um dos grupos em guerra. E é por esse motivo que se entende que esteja em franco ataque contra a massa popular dos cristãos-vaçilantes e, sobretudo, contra os que chamamos aqui de tradicionalistas, cujo símbolo aglutinador máximo, ainda que o grosso da população não o saiba, é o filósofo Olavo de Carvalho. Ataca-se o pensador com vistas a abalar e enfraquecer o governo que ele, mesmo que de longe e involuntariamente, influencia. E para tal intento, dentro da moral revolucionária que lhes motiva, muito mais radical e deletéria que qualquer outra que se ache nesse cenário aqui descrito, é lícito mentir, ocultar e deturpar os fatos, dia e noite, de maneira incessante e sem se vexar. É isso que estão fazendo.

O establishment e seu setor de relações públicas, a mídia tradicional, serão, por

isso tudo, oposição ferrenha ao governo Bolsonaro independente do que ele faça, assim como foi leniente com os governos petistas, independente do que eles fizeram. A questão aqui transcende em muito a luta democrática normal. Aqui luta-se por uma verdade sobre a existência do homem em sociedade e do destino do homem no mundo.

Se essa nossa guerra fria redundará, algum dia, numa indesejada e trágica guerra civil, como ora se desenha na Venezuela, não é possível adivinhar. Porém, é certo que o nosso corpo social está muito doente e não será espantoso se os anticorpos institucionais que lhe deram sobrevida até aqui¹⁵ dentro em pouco percam sua eficácia e a coisa degradingole de vez. Isso só o tempo dirá.

.....
15 E nisso tem algum mérito o Estado Moderno como concebido por Hobbes que o teorizou em meio a luta fratricida dos católicos e protestantes ingleses do século XVII, problema que tem algo de semelhante com o nosso. Para Hobbes, não sendo possível conciliar a visão do Bem Comum, o fundamento da ordem política deveria ser então o *Summum Malum*, o medo produzido pelo detentor do monopólio da violência, o Estado, sobre os participantes do corpo político que consentiram em depor as armas em vista da sobrevivência da comunidade. Cria-se, então, na teoria, um Estado suprarreligioso, capaz de dirimir os conflitos entre as várias cosmovisões litigantes na base da repressão organizada. Para um tratamento da questão com suas positivities e seus problemas ver: VOEGELIN, Eric. *A Nova Ciência da Política*. Brasília: Editora UnB, 1982. Capítulo VI: *O Fim da Modernidade*. E também: CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*. Campinas: Vide Editorial: 2015.

Primeiro mês de governo e seus inimigos: *onde está o mito?*

Cristian Derosa

Termina o primeiro mês de governo de Jair Bolsonaro e a chamada “nova era”, que prometia ser um pesadelo para a esquerda, já se mostra conturbada para um governo indeciso sobre a forma de comunicar-se com a mídia. Relação com grandes jornais vai do isolamento à lisonja desmedida, coisas muito diferentes daquela vitoriosa conduta do velho “Bolsomito”.

Podem objetar-me dizendo que estamos apenas no primeiro mês. Mas digo que dois ou três meses como este e o governo cairá. O colunista Luis Nassif já chama Mourão de “futuro presidente”, acrescentando: a única incógnita é o prazo para a queda de Bolsonaro”. Aos que objetam dizendo tratar-se de uma operação de desinformação da esquerda, eu apenas questiono: que tipo de estratégia carregaria em si o efeito óbvio de deixar o inimigo de prontidão e informá-lo da derrota? A resposta é simples: o objetivo é normalizar a ideia na sociedade e, quem sabe, até criar certa resignação na direita.

A situação exige uma análise séria para tentar salvar uma eleição histórica, quando pela primeira vez na história do Brasil, o povo teve voz e passou por cima dos sistemas que o dizem representar como o sistema das tesouras (PT, PSDB), a mídia e a classe política mantenedora desse sistema.

O G1 fez um balanço do primeiro mês do governo de Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (31), sob o título: “Decreto de armas, pressão contra Maduro e tragédia em Minas marcam 1º mês de Bolsonaro”, enfatizando ainda: “Presidente completa um mês no cargo nesta sexta-feira. Medidas polêmicas, discussão sobre Previdência, desencontros de informações e cirurgia de Bolsonaro também marcaram período”.

A matéria do G1, assim como a de outros jornais, faz evidente o papel assumido pelo jornalismo desde as eleições. Nenhuma palavra sobre a imagem otimista gerada em Davos ou a aprovação popular das medidas e da equipe ministerial do governo. Mas a campanha contra Bolsonaro, que começou já quando era deputado, passou a ser o imperativo maior, a carta de princípios da cobertura do novo governo. Não creio que exista na história do mundo uma campanha tão aberta, em período democrático, e vinda de um jornalismo que se diz imparcial e objetivo. É óbvio que quando os jornais eram prioritariamente políticos e combativos isso era mais comum. Mas quando se promete objetividade não se pode, ao mesmo tempo, prometer derramar sangue pelas ruas.

A campanha, como disse, começou há anos. Mas tão logo virou candidato, Bolsonaro já foi alvo de todas as armas: a Folha de S. Paulo assumiu, segundo o editor da revista Piauí declarou, que iria pegar o candidato “fingindo fazer jornalismo”. Tão logo assumiu, jornalistas internacionais clamam por um pacto jornalístico para derrubar Bolsonaro nos seus primeiros 100 dias de governo.

O fato é que o governo Bolsonaro ainda não parece saber qual a melhor maneira de lidar com os jornalistas, porque a situação de governo é algo não somente novo para a direita, como também, de certa forma, avesso ao movimento conservador que se originou no Brasil, pautado pela resistência contra todo tipo de governo ou autoridade coletiva como o estamento midiático global. O deputado Jair Bolsonaro sabia bem lidar com jornalistas. E talvez esteja lá naquele solitário deputado a resposta para a atual indecisão sobre o papel de um governo eleito por ampla maioria, em uma popularidade jamais vista, justamente num período de queda de credibilidade dos grandes jornais, quando as redes sociais se fazem palco de discussões e transformações imediatas. Se voltasse o mito que, de mitada em mitada, conquistou e mobilizou o Brasil, a mídia

rapidamente se cansaria dos seus expedientes de sempre.

Mas o governo, já no primeiro mês, foi colocado diante de uma plêiade de inimigos que já esperava, mas com os quais aparentemente não tem sabido lidar. O motivo disso não é exatamente uma inabilidade, mas a impossibilidade de se responder a ataques que vêm de todos os lados. Como no caso de Trump, nos EUA, os inimigos internos são muito mais importantes do que os externos. Eles criaram todo um ambiente para proteger o estamento burocrático e midiático da influência danosa da população.

A voz das ruas sempre foi instrumentalizada pela esquerda, entre minorias e movimentos fartamente financiados de fora. O povo, a voz concreta e real da sociedade, só se fez ouvir na eleição de Bolsonaro. Mas isso não pode ficar impune.

Quem são os inimigos e riscos?

Podemos separar os atuais inimigos do governo em três grandes blocos, representantes do establishment midiático e político.

1. Os grandes jornais, nacionais e internacionais, que assumiram um pacto aberto para derrubar o governo: praticamente todas as matérias jornalísticas publicadas desde o dia 1 de janeiro sobre o governo são negativas, de modo que nem é preciso pesquisar. As que não possam ser consideradas totalmente negativas são tentativas de aparentar neutralidade, mas com pressupostos que insinuam riscos à democracia ou um tipo de estereótipo negativo, seja da simplicidade de Bolsonaro, uma possível incompetência implícita, seja de claras rotulações autoritárias.

O poder da mídia, ao contrário do que muitos dizem, não diminui em nada com a queda da sua credibilidade social. Suas matérias, reportagens ou documentários, têm grande penetração em setores que pressionam autoridades, ainda mais quando essas autoridades (governo) dão importância a elas. Por outro lado, negá-las importância seria suicídio, pois isso atrairia a ira da mídia contra um “governo contra a mídia” e isso bastaria para constranger membros do judiciário (STF) ou deputados, diante de pressões para decisões contra o governo, impedindo-o de governar. Em outras pa-

lavras, a mídia diz representar o anseio popular, a voz da sociedade, e isso dá a ela o poder de influenciar decisões vindas de cima. É o que podemos chamar de “carteiraço”.

2. Oposição política: agora mais disposta do que nunca a buscar ajuda internacional contra o governo brasileiro, a esquerda partidária do Brasil divide-se em movimentos como Lula Livre, Fundação Marielle Franco (bancada por George Soros) e deputados como Jean Wyllys, autoexilado na Espanha, de onde criará confusão suficiente para pressionar órgãos internacionais de esquerda a uma intervenção, se possível, contra o “fascismo” do governo brasileiro. Como se não bastasse, o deputado David Miranda, suplente de Wyllys, é um espião de Edward Snowden que, por meio de seu parceiro sexual Glenn Greenwald, fará de seu gabinete um escritório de espionagem internacional.

O poder dos movimentos sociais é articulado em conjunto com a grande mídia, submetida ao mesmo dinheiro do financiamento do terceiro setor e, portanto, respondendo aos mesmos patrões. Milhares de ONGs e movimentos sociais governam o Brasil sem terem sido eleitos para tal. De nada adiantará o general Santos Cruz investigá-las pelo critério do recebimento do dinheiro público, já que as mais perigosas recebem de fora. Essa história do dinheiro público é mais um idem midiático, dito para acalentar a sanha fiscalizadora de um jornalismo que não está de fato fiscalizando, mas procurando problemas para derrubar o governo.

As ONGs governam o país pelo mesmo sistema de representação da sociedade que pressiona órgãos e instituições do governo em favor de suas pautas. Constrangidos, os políticos (e se forem técnicos tanto pior) aceitam a autoridade técnica dessas ONGs sediadas no exterior para expropriar não apenas os nossos recursos (como diz o clichê nacionalista do governo), mas a liberdade decisória e informativa do Brasil.

3. Os próprios integrantes do governo próximos a Bolsonaro: generais teimam em acreditar na boa vontade da mídia e essa confiança, que vêm da sua hierarquia militar à obediência e uma certa mentalidade técnica e oficialista, coloca-os em inferioridade diante de jornalistas experimentados e maliciosos, sempre prontos para criarem intrigas e conduzir os rumos de um governo.

Muitos que poderiam oferecer resistência cultural contra a mídia e em favor deste governo se elegeram deputados e, quem diria, acabaram se lambuzando no poder e contrariando o que pregavam, enfiando os pés pelas mãos, antes mesmo de tomarem posse. Estou falando dos deputados da China. A resistência cultural que poderia vir debaixo, foi cooptada pelo desejo de poder.

Ao contrário do que pensam, não foi o povo que derrubou Dilma Rousseff, mas um acordo político que envolveu a grande mídia. Ou nada teria sido feito. Muitos setores políticos e midiáticos viam em Temer a solução perfeita para uma transição tranquila que repetiria o revezamento petista-tucano. Não deu certo porque havia um capitão no meio do caminho. Mas jornalistas e líderes de esquerda que pensam anos luz à frente que qualquer conservadorzinho que leu Mises, já percebem em Mourão a grande chance de transição para o retorno das tesouras. Mourão é “o moderado”, como classificou o editorial de El País Brasil, um general gentil com amabilidade para lidar com a mídia, com a política, além de ser preferido entre generais.

Um governo de direita sem o “mito” Bolsonaro, aquele que levou milhões às ruas, seria facilmente derrubado ou domesticado. Mais do que isso: homens como Mourão fazem qualquer coisa para não perder o apreço de jornalistas. E este é um dos motivos por trás do romance vivido entre o vice e jornalistas.

Como relacionar-se com a mídia

A questão tratada em centenas de cursos de “media training” nunca esteve tão obsoleta. Responder claramente, agradar jornalistas e editores é ceder a uma ameaça velada que não pode mais continuar. Digo com todas as letras: se não quiser sucumbir em tempo recorde, este governo precisa pautar-se pelo apoio irrestrito às mídias alternativas que elegeram Bolsonaro, de modo que elas possam ter um alcance ainda maior. O efeito negativo disso é o de gerar a narrativa dos “blogs sujos do governo”, algo que já encontra consonância prévia na questão do Whatsapp, levantada pela Folha durante as eleições. Mas sem

investir dinheiro, o governo poderia responder a esses sites que estão alinhados à narrativa conservadora do governo. Mantê-los marginalizados da sociedade é reforçar a narrativa oficial do establishment, sob a qual o futuro do governo é negro.

Aos grandes jornais, que têm a abrangência e o alcance nacional maior, caberiam notas de assessoria, declarações oficiais, e sugestões de leitura para a população (não para os jornalistas) que expliquem os motivos e os anseios do governo. Nenhuma ação de longo prazo ficará sem efeitos negativos em curto prazo diante do jornalismo que aí está. Portanto, deveria haver uma comunicação de curto prazo, que, no meu entender, deve ser feita por pessoas bem selecionadas e em contato direto com o presidente. Bolsonaro é mito. E o mito deve mitar. Se este governo não for mito não ficará para contar a história. A comunicação oficial e tradicional do Planalto deveria sofrer uma mudança drástica e radical, de maneira a deslocar os discursos midiáticos ligados ao conservadorismo e militarismo.

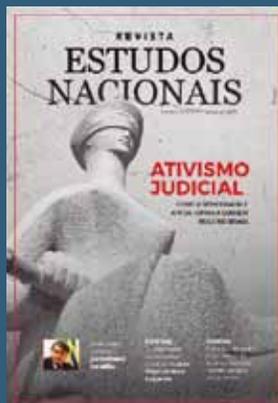
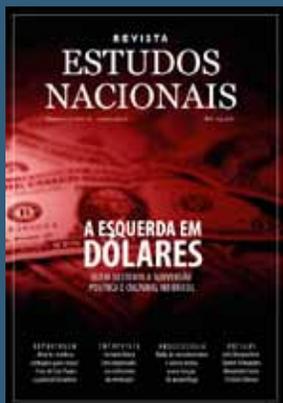
Como diz Olavo de Carvalho, que a mídia considera guru de Bolsonaro, o presidente só tem o povo e a lei a seu favor. Todo o resto está contra ele, incluindo seus aliados mais próximos. O capitão não tem outra alternativa para se manter no poder: precisa jogar com a lei e criar meios de punir drasticamente os que conspiram contra ele, inclusive a imprensa, que usurpa seu papel de informadora e avança para uma agenda política em um flagrante estelionato que engana diariamente seus leitores. Ao mesmo tempo, precisa jogar com a platéia. A sua platéia. Resta saber se este povo terá coragem e convicção para isso. Depende unicamente da pessoa do presidente. O que a mídia alternativa pode fazer é muito pouco. Ajudamos a elegê-lo, mas não podemos mantê-lo no poder contra um sistema de mídia infinitamente mais poderoso.

É preciso voltar a ser Bolsomito. Não apenas o presidente, mas todos os membros do governo em sintonia com ele. Mas para se fazer isso seria preciso convicção e sinceridade, o que ainda não se vê em comparação com o movimento que inspirou este governo.

PREPARE-SE

PARA A GUERRA CULTURAL

ADQUIRA AS EDIÇÕES IMPRESSAS



REVISTA
**ESTUDOS
NACIONAIS**

**ADQUIRA
AS QUATRO
EDIÇÕES
POR 49,80**

ADQUIRA A REVISTA NO SITE
WWW.LIVRARIAPIUS.COM.BR

REVISTA
ESTUDOS
NACIONAIS